



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

	N. E.	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		210.325.231,93	32.652.428,96
INGRESSOS		9.696.524.722,46	6.936.340.502,68
Receitas Derivadas e Originárias		20.994.103,08	45.835.844,35
Receita Tributária		-	-15.438,82
Receita de Contribuições		-	228,33
Receita Patrimonial		133.421,04	20.756,35
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-979,42
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		20.860.682,04	45.831.277,91
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		9.675.530.619,38	6.890.504.658,33
Ingressos Extraorçamentários	02.006	1.751.944.559,15	2.089.162,37
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		227,87	-
Transferências Financeiras Recebidas		7.226.015.387,03	6.888.415.495,96
Arrecadação de Outra Unidade		697.570.445,33	-
DESEMBOLSOS		-9.486.199.490,53	-6.903.688.073,72
Pessoal e Demais Despesas		-3.175.652.140,94	-3.009.372.188,94
Legislativo		-	-728,82
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-470.581.295,14	-468.269.180,05
Administração		-2.103.553.711,86	-2.002.874.797,87
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-18.454,62	-128.942,24
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-991,78
Previdência Social		-598.420.593,80	-535.944.326,82
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-1.808,40	-
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-298.500,00	-4.000,00
Urbanismo		-	-15.747,48
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 23/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

	N. E.	2017	2016
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-15.163,23
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-250.949,52	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-2.525.964,11	-2.109.424,47
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-863,49	-8.886,18
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-397.714.877,49	-374.207.086,85
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-397.714.877,49	-374.207.086,85
Outras Transferências Concedidas		-	-
Outros Desembolsos das Operações		-5.912.832.472,10	-3.520.108.797,93
Dispêndios Extraorçamentários	02.006	-1.577.886.166,14	-2.052.690,03
Transferências Financeiras Concedidas		-4.334.946.305,96	-3.512.390.984,44
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade			-5.665.123,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-9.503.616,62	-28.358.470,05
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-9.503.616,62	-28.358.470,05
Aquisição de Ativo Não Circulante		-9.321.190,62	-27.320.866,80
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-182.426,00	-1.037.603,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
-------------------	--------------------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	N. E.	2017	2016
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		200.821.615,31	4.293.958,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		7.842.885,61	3.548.926,70
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		208.664.500,92	7.842.885,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.006 - Honorários Advocatícios - Nota 02.6 *¿* Honorários Advocatícios

Em janeiro de 2017, foi implementado o disposto na Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016, a qual, em seu Capítulo XV *¿* Das Carreiras Jurídicas, notadamente, nos arts. 27 e 29, determinou que os honorários advocatícios de sucumbência, das causas em que forem parte a União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, pertencem originalmente aos ocupantes dos seguintes cargos:

I - de Advogado da União;

II - de Procurador da Fazenda Nacional;

III - de Procurador Federal;

IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;

V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Em conformidade com o teor do art. 33 da citada Lei, foi criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com o objetivo de disciplinar a aplicação das disposições contidas no referido Capítulo XV *¿* Das Carreiras Jurídicas, com as seguintes competências (art. 34):

I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;

II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;

III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;

IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;

V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;

VI - editar seu regimento interno.

Registre-se que por força dos §§ 5º e 6º do art. 34 e art. 35 da Lei nº 13.327/2016, o CCHA contará com o apoio dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive o apoio administrativo que ficou a cargo desta AGU, com vistas ao recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30, a seguir transcrito. Para tanto foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016, entre o Ministério da Fazenda e a AGU:

¿ Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:

I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;

II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969;

III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002.*¿*

De acordo com o pactuado no Acordo de Cooperação Técnica MF/AGU, CLÁUSULA SEGUNDA - DA SISTEMÁTICA DE CONSOLIDAÇÃO E APURAÇÃO MENSAL a sistemática de consolidação e apuração mensal dos honorários advocatícios que serão vertidos à conta de rateio do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA, em instituição financeira oficial por ele contratada, observará:

I - os valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU no mês de referência serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada por conta específica da Unidade Gestora da AGU (UG setorial);

II - os valores arrecadados no mês de referência, por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal - DARF, Documento para Depósito Judicial e Extrajudicial - DJE e Guia da Previdência Social - GPS serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada nas subcontas específicas do FUNDAF.

Nesse sentido, em consonância com a CLÁUSULA TERCEIRA *¿* DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, do referido acordo de cooperação, compete a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração (CGOF/DPOF/SGA), a adoção de providências visando a *¿*[...] proceder ao repasse, à instituição financeira contratada pelo CCHA, dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, nos moldes do inciso I da cláusula segunda, bem como daqueles a que se refere a alínea *¿*b*¿* do inciso I da cláusula terceira*¿*.

Para tanto, a Coordenação de Análise Contábil (CONTA/CGOF/DPOF/SGA), por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), acompanha a movimentação do saldo mensal da Conta Contábil 21.881.04.09 *¿* DEPÓSITO DE TERCEIROS, da Unidade Gestora 110060- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, no Conta Corrente tipo: Fonte 0190110060, com vistas a identificar os recolhimentos a títulos de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, decorrentes da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), bem como nos Contas Correntes tipo: Fonte 0190110061 e 0190110062, referentes à arrecadação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, provenientes da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com isso, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, foi apurado em 2017 o montante de R\$ 1.749.063.676,58 (um bilhão, setecentos e quarenta e nove milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 01.1 *¿* Total Honorários Advocatícios e Encargos Legais - Composição

Descrição	Valores CCHA	Valores União	Total	AV%
Arrec. AGU - 13903	6.759.762,83	-	6.759.762,83	0,39%
Arrec. AGU - 13904	1.105.568,11	-	1.105.568,11	0,06%
Arrec. AGU - 13905	11.292.869,58	-	11.292.869,58	0,65%
Arrec. AGU - Cta Corrente 0190110060	-	80.143.870,80	80.143.870,80	4,58%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110061	-	97.143.572,98	97.143.572,98	5,55%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110062	-	776.309.016,12	776.309.016,12	44,37%
Total Geral	972.754.660,42	776.309.016,16	1.749.063.676,58	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Registre-se que o montante de R\$ 1.749.063.676,58, impactaram as seguintes Demonstrações Contábeis desta Advocacia-Geral da União:

¿ Balanço Patrimonial *¿* Ativo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e, Passivo - Demais Obrigações a Curto Prazo.

¿ Balanço Financeiro *¿* Recebimentos Extra Orçamentários - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados;

¿ Fluxo de Caixa *¿* Outros Ingressos das Operações *¿* Ingressos Extra Orçamentários;

Ressalta-se que do total apurado para 2017, R\$ 1.749.063.676,58, foi repassado até dezembro de 2017, um montante de R\$ 697.587.000,68 a União Federal, e a quantia de R\$ 877.165.919,72 ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios *¿* CCHA, totalizando a quantia de R\$



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 5
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

1.574.752.920,40.

O valor apurado para o mês de dezembro de 2017, R\$ 174.341.756,18, impactou o exercício de 2018, pois foi encaminhado em janeiro de 2018, a quantia de R\$ 95.588.740,70 ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios e CCHA, e o montante de R\$ 78.722.015,48 a União Federal, conforme discriminado nas tabelas a seguir.

Tabela 02.1 e Ordens Bancárias enviadas ao CCHA

Ano OB	Número OB	Data	Valor	AV%
2017	800015	09/02/2017	1.755.019,54	0,18%
2017	800020	15/02/2017	12.157.173,71	1,25%
2017	800021	15/02/2017	30.098.607,27	3,09%
2017	800029	10/03/2017	5.120.274,12	0,53%
2017	800030	10/03/2017	4.307.309,44	0,44%
2017	800031	10/03/2017	33.697.979,16	3,46%
2017	800034	13/03/2017	2.823.542,44	0,29%
2017	800051	11/04/2017	4.631.881,65	0,48%
2017	800052	11/04/2017	8.949.639,32	0,92%
2017	800053	11/04/2017	33.902.769,82	3,49%
2017	800054	13/04/2017	3.517.966,62	0,36%
2017	800058	12/05/2017	3.415.382,32	0,35%
2017	800059	12/05/2017	2.337.067,39	0,24%
2017	800060	12/05/2017	6.852.172,91	0,70%
2017	800061	12/05/2017	29.012.829,02	2,98%
2017	800067	12/06/2017	5.753.116,28	0,59%
2017	800068	12/06/2017	8.086.810,11	0,83%
2017	800069	12/06/2017	34.896.508,04	3,59%
2017	800070	16/06/2017	2.543.176,03	0,26%
2017	800079	13/07/2017	11.248.746,80	1,16%
2017	800080	13/07/2017	6.675.483,18	0,69%
2017	800081	13/07/2017	876.787,57	0,09%
2017	800082	13/07/2017	30.622.449,24	3,15%
2017	800097	14/08/2017	549.205,86	0,06%
2017	800098	14/08/2017	5.925.005,42	0,61%
2017	800099	14/08/2017	7.172.620,69	0,74%
2017	800100	14/08/2017	28.574.922,54	2,94%
2017	800105	22/08/2017	4.837.229,41	0,50%
2017	800106	22/08/2017	147.878.745,85	15,20%
2017	800108	31/08/2017	1.277.635,74	0,13%
2017	800109	31/08/2017	5.867.775,57	0,60%
2017	800111	11/09/2017	81.845.267,71	8,41%
2017	800112	11/09/2017	7.104.874,60	0,73%
2017	800113	11/09/2017	2.235.251,13	0,23%
2017	800115	12/09/2017	2.062.936,29	0,21%
2017	800123	10/10/2017	6.993.414,57	0,72%
2017	800124	10/10/2017	544.915,28	0,06%
2017	800125	10/10/2017	10.029.364,40	1,03%
2017	800126	10/10/2017	91.539.663,27	9,41%
2017	800171	13/11/2017	14.316.885,63	1,47%
2017	800172	13/11/2017	576.801,17	0,06%
2017	800173	13/11/2017	6.935.015,22	0,71%
2017	800174	13/11/2017	81.243.530,75	8,35%
2017	800187	11/12/2017	11.442.614,09	1,18%
2017	800188	11/12/2017	526.374,39	0,05%
2017	800189	11/12/2017	5.997.225,76	0,62%
2017	800190	11/12/2017	68.405.952,40	7,03%
Total enviado 2017		877.165.919,72		90,17%
2018	800001	10/01/2018	9.536.536,26	0,98%
2018	800002	10/01/2018	272.810,62	0,03%
2018	800003	10/01/2018	7.057.378,34	0,73%
2018	800004	10/01/2018	78.722.015,48	8,09%
Total enviado 2018		95.588.740,70		9,83%
Total enviado CCHA (Exercício 2017)		972.754.660,42		100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 6
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

NOTAS EXPLICATIVAS

ℳ

Tabela 03.1 ℳ Guias de Recolhimento da União ℳ GRU, enviados a União

Ano GRU	Número GRU	Data	Valor	AV%
2017	800039	24/04/2017	97.699.356,25	12,59%
2017	800064	12/05/2017	29.012.829,01	3,74%
2017	800100	12/06/2017	34.896.508,04	4,50%
2017	800113	13/07/2017	30.622.449,24	3,94%
2017	800119	14/08/2017	28.574.922,55	3,68%
2017	800120	22/08/2017	147.878.745,86	19,05%
2017	800121	31/08/2017	5.867.775,58	0,76%
2017	800127	11/09/2017	81.845.267,72	10,54%
2017	800187	10/10/2017	91.539.663,27	11,79%
2017	800223	13/11/2017	81.243.530,76	10,47%
2017	800255	11/12/2017	68.405.952,40	8,81%
Total enviado 2017		697.587.000,68		89,86%
2018	800001	10/01/2018	78.722.015,48	10,14%
Total enviado 2018		78.722.015,48		10,14%
Total enviado União (exercício 2017)		776.309.016,16		100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

Nota 02.6 – Honorários Advocatícios

Em janeiro de 2017, foi implementado o disposto na Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016, a qual, em seu Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, notadamente, nos arts. 27 e 29, determinou que os honorários advocatícios de sucumbência, das causas em que forem parte a União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, pertencem originalmente aos ocupantes dos seguintes cargos:

I - de Advogado da União;

II - de Procurador da Fazenda Nacional;

III - de Procurador Federal;

IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;

V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Em conformidade com o teor do art. 33 da citada Lei, foi criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com o objetivo de disciplinar a aplicação das disposições contidas no referido Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, com as seguintes competências (art. 34):

I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;

II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;

III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;

IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;

V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;

VI - editar seu regimento interno.

Registre-se que por força dos §§ 5º e 6º do art. 34 e art. 35 da Lei nº 13.327/2016, o CCHA contará com o apoio dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive o apoio administrativo que ficou a cargo desta AGU, com vistas ao recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30, a seguir transcrito. Para tanto foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016, entre o Ministério da Fazenda e a AGU:

“Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:

I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969;

III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002.”

De acordo com o pactuado no Acordo de Cooperação Técnica MF/AGU, CLÁUSULA SEGUNDA - DA SISTEMÁTICA DE CONSOLIDAÇÃO E APURAÇÃO MENSAL a sistemática de consolidação e apuração mensal dos honorários advocatícios que serão vertidos à conta de rateio do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA, em instituição financeira oficial por ele contratada, observará:

I - os valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU no mês de referência serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada por conta específica da Unidade Gestora da AGU (UG setorial);

II - os valores arrecadados no mês de referência, por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal - DARF, Documento para Depósito Judicial e Extrajudicial - DJE e Guia da Previdência Social - GPS serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada nas subcontas específicas do FUNDAF.

Nesse sentido, em consonância com a CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, do referido acordo de cooperação, compete a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração (CGOF/DPOF/SGA), a adoção de providências visando a “[...] proceder ao repasse, à instituição financeira contratada pelo CCHA, dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, nos moldes do inciso I da cláusula segunda, bem como daqueles a que se refere a alínea “b” do inciso I da cláusula terceira”.

Para tanto, a Coordenação de Análise Contábil (CONTA/CGOF/DPOF/SGA), por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), acompanha a movimentação do saldo mensal da Conta Contábil 21.881.04.09 – DEPÓSITO DE TERCEIROS, da Unidade Gestora 110060- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, no Conta Corrente tipo: Fonte 0190110060, com vistas a identificar os recolhimentos a títulos de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, decorrentes da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), bem como nos Contas Correntes tipo: Fonte 0190110061 e 0190110062, referentes à arrecadação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, provenientes da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com isso, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, foi apurado em 2017 o montante de **R\$ 1.749.063.676,58** (um bilhão, setecentos e quarenta e nove milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

Tabela 01.1 – Total Honorários Advocatícios e Encargos Legais - Composição

Descrição	Valores CCHA	Valores União	Total	AV%
Arrec. AGU - 13903	6.759.762,83	-	6.759.762,83	0,39%
Arrec. AGU - 13904	1.105.568,11	-	1.105.568,11	0,06%
Arrec. AGU - 13905	11.292.869,58	-	11.292.869,58	0,65%
Arrec. AGU - Cta Corrente 0190110060	80.143.870,80	-	80.143.870,80	4,58%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110061	97.143.572,98	-	97.143.572,98	5,55%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110062	776.309.016,12	776.309.016,16	1.552.618.032,28	88,77%
Total Geral	972.754.660,42	776.309.016,16	1.749.063.676,58	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Registre-se que o montante de **R\$ 1.749.063.676,58**, impactaram as seguintes Demonstrações Contábeis desta Advocacia-Geral da União:

- **Balanco Patrimonial** – Ativo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e, Passivo - Demais Obrigações a Curto Prazo.
- **Balanco Financeiro** – Recebimentos Extra Orçamentários - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados;
- **Fluxo de Caixa** – Outros Ingressos das Operações – Ingressos Extra Orçamentários;

Ressalta-se que do total apurado para 2017, **R\$ 1.749.063.676,58**, foi repassado até dezembro de 2017, um montante de **R\$ 697.587.000,68** a União Federal, e a quantia de **R\$ 877.165.919,72** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, totalizando a quantia de **R\$ 1.574.752.920,40**.

O valor apurado para o mês de dezembro de 2017, **R\$ 174.341.756,18**, impactou o exercício de 2018, pois foi encaminhado em janeiro de 2018, a quantia de **R\$ 95.588.740,70** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, e o montante de **R\$ 78.722.015,48** a União Federal, conforme discriminado nas tabelas a seguir.

Tabela 02.1 – Ordens Bancárias enviadas ao CCHA

Ano OB	Número OB	Data	Valor	AV%
2017	800015	09/02/2017	1.755.019,54	0,18%
2017	800020	15/02/2017	12.157.173,71	1,25%
2017	800021	15/02/2017	30.098.607,27	3,09%
2017	800029	10/03/2017	5.120.274,12	0,53%
2017	800030	10/03/2017	4.307.309,44	0,44%
2017	800031	10/03/2017	33.697.979,16	3,46%
2017	800034	13/03/2017	2.823.542,44	0,29%
2017	800051	11/04/2017	4.631.881,65	0,48%
2017	800052	11/04/2017	8.949.639,32	0,92%
2017	800053	11/04/2017	33.902.769,82	3,49%
2017	800054	13/04/2017	3.517.966,62	0,36%
2017	800058	12/05/2017	3.415.382,32	0,35%
2017	800059	12/05/2017	2.337.067,39	0,24%
2017	800060	12/05/2017	6.852.172,91	0,70%
2017	800061	12/05/2017	29.012.829,02	2,98%
2017	800067	12/06/2017	5.753.116,28	0,59%

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

2017	800068	12/06/2017	8.086.810,11	0,83%
2017	800069	12/06/2017	34.896.508,04	3,59%
2017	800070	16/06/2017	2.543.176,03	0,26%
2017	800079	13/07/2017	11.248.746,80	1,16%
2017	800080	13/07/2017	6.675.483,18	0,69%
2017	800081	13/07/2017	876.787,57	0,09%
2017	800082	13/07/2017	30.622.449,24	3,15%
2017	800097	14/08/2017	549.205,86	0,06%
2017	800098	14/08/2017	5.925.005,42	0,61%
2017	800099	14/08/2017	7.172.620,69	0,74%
2017	800100	14/08/2017	28.574.922,54	2,94%
2017	800105	22/08/2017	4.837.229,41	0,50%
2017	800106	22/08/2017	147.878.745,85	15,20%
2017	800108	31/08/2017	1.277.635,74	0,13%
2017	800109	31/08/2017	5.867.775,57	0,60%
2017	800111	11/09/2017	81.845.267,71	8,41%
2017	800112	11/09/2017	7.104.874,60	0,73%
2017	800113	11/09/2017	2.235.251,13	0,23%
2017	800115	12/09/2017	2.062.936,29	0,21%
2017	800123	10/10/2017	6.993.414,57	0,72%
2017	800124	10/10/2017	544.915,28	0,06%
2017	800125	10/10/2017	10.029.364,40	1,03%
2017	800126	10/10/2017	91.539.663,27	9,41%
2017	800171	13/11/2017	14.316.885,63	1,47%
2017	800172	13/11/2017	576.801,17	0,06%
2017	800173	13/11/2017	6.935.015,22	0,71%
2017	800174	13/11/2017	81.243.530,75	8,35%
2017	800187	11/12/2017	11.442.614,09	1,18%
2017	800188	11/12/2017	526.374,39	0,05%
2017	800189	11/12/2017	5.997.225,76	0,62%
2017	800190	11/12/2017	68.405.952,40	7,03%
Total enviado 2017			877.165.919,72	90,17%
2018	800001	10/01/2018	9.536.536,26	0,98%
2018	800002	10/01/2018	272.810,62	0,03%
2018	800003	10/01/2018	7.057.378,34	0,73%
2018	800004	10/01/2018	78.722.015,48	8,09%
Total enviado 2018			95.588.740,70	9,83%
Total enviado CCHA (Exercício 2017)			972.754.660,42	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

Tabela 03.1 – Guias de Recolhimento da União – GRU, enviados a União

Ano GRU	Número GRU	Data	Valor	AV%
2017	800039	24/04/2017	97.699.356,25	12,59%
2017	800064	12/05/2017	29.012.829,01	3,74%
2017	800100	12/06/2017	34.896.508,04	4,50%
2017	800113	13/07/2017	30.622.449,24	3,94%
2017	800119	14/08/2017	28.574.922,55	3,68%
2017	800120	22/08/2017	147.878.745,86	19,05%
2017	800121	31/08/2017	5.867.775,58	0,76%
2017	800127	11/09/2017	81.845.267,72	10,54%
2017	800187	10/10/2017	91.539.663,27	11,79%
2017	800223	13/11/2017	81.243.530,76	10,47%
2017	800255	11/12/2017	68.405.952,40	8,81%
Total enviado 2017			697.587.000,68	89,86%
2018	800001	10/01/2018	78.722.015,48	10,14%
Total enviado 2018			78.722.015,48	10,14%
Total enviado União (exercício 2017)			776.309.016,16	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.